

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Apoio na posse

O secretário de Cultura do DF, Bartolomeu Rodrigues, foi ontem ao CCBB para informar à equipe de transição que o governo local dará todo o apoio necessário para a posse do presidente eleito Lula em 1º de janeiro. Em conversa com Marcio Tavares, secretário nacional de cultura do PT e integrante da equipe da primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, Bartolomeu informou que o GDF oferecerá suporte em segurança, logística e outras necessidades.

Resposta à bala

A deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) prestou depoimento, ontem, na Procuradoria-Geral da República (PGR), sobre o episódio em que ela sacou e apontou uma arma contra o jornalista Luan Araújo na véspera da votação do segundo turno, em São Paulo. Segundo nota dos advogados de defesa da parlamentar, ela disse que a perseguição armada foi uma reação a “ofensas e ameaças” e ainda afirmou que ela foi vítima de “violência política”.

Comigo, não

Na ocasião, a deputada disse não reconhecer a resolução do TSE que proibia o transporte de arma e munição na véspera das eleições. “A resolução é ilegal, e ordens ilegais não se cumprem”, disse Zambelli. Segundo a assessoria da deputada, a regra determinada pelo ministro Alexandre de Moraes não se aplicava a ela, que teria registro de arma para defesa pessoal.

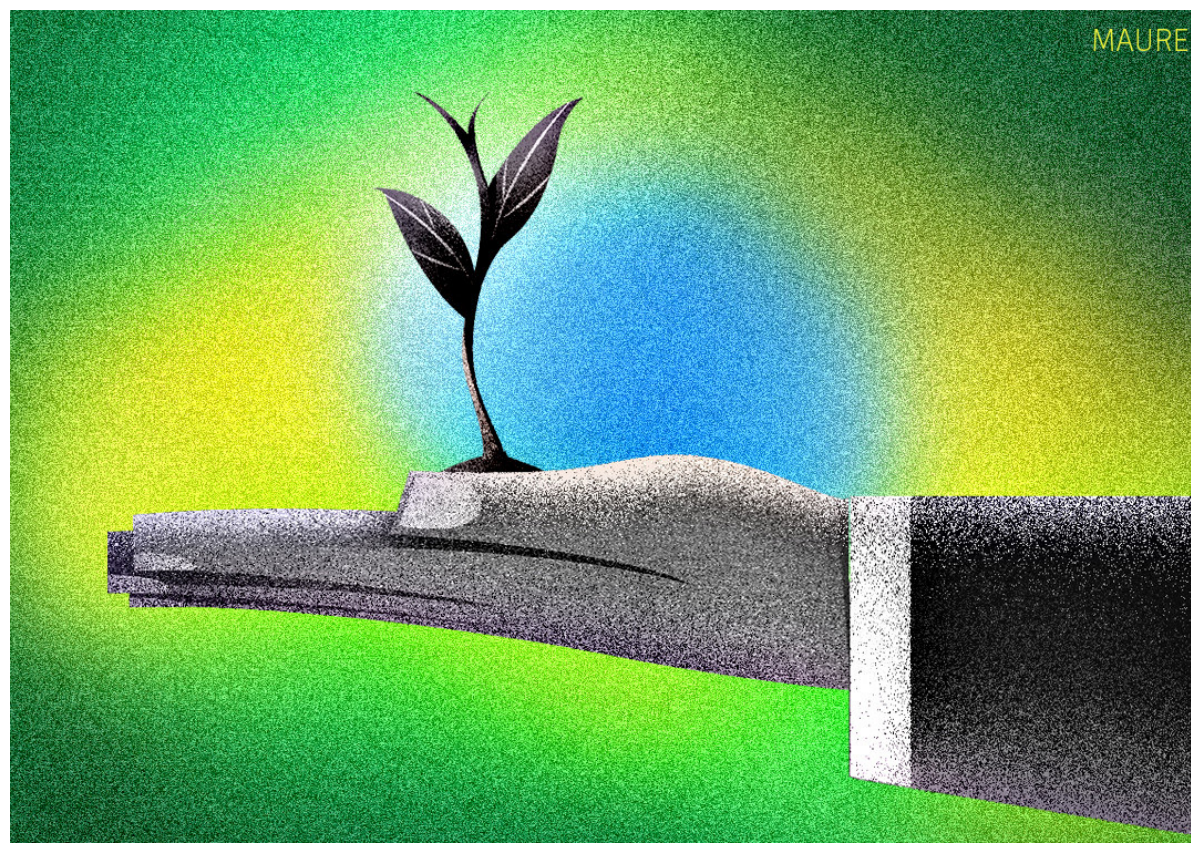
Redenção no Egito, trabalho no Brasil

Cercado de grande expectativa, o discurso de Luiz Inácio Lula da Silva no Egito confirmou a intenção do presidente eleito de recolocar o Brasil no centro do debate sobre a urgência climática. Lula resgatou a participação dele na COP15, em 2009, para cobrar o compromisso dos países ricos de ajuda financeira para os países pobres, os mais atingidos pelas crises ambientais que vêm se sucedendo pelo mundo. Rompendo o isolamento do Brasil, Lula lembrou que somente um esforço multilateral poderá enfrentar a ameaça de magnitude global.

Se as palavras de Lula renovaram a esperança

mundial quanto à responsabilidade do Brasil no desafio climático, o presidente terá de construir uma nova política ambiental. O desafio passa por uma relação menos conflituosa com o agronegócio, a reestruturação dos órgãos fiscalizadores e uma demonstração clara de credibilidade de suas ações na comunidade internacional. É praticamente começar um trabalho do zero.

Assim como ocorre em outras áreas, Lula terá pouco tempo para mostrar resultados. Ou corre o risco de jogar o Brasil em novo descrédito, após o momento efusivo na COP27.



MAURE

Educação libertadora

O ex-ministro da Educação Cristovam Buarque lança, em São Paulo, no próximo sábado, o livro *A última trincheira da escravidão*. Ao se debruçar sobre a Abolição, Buarque sustenta a tese de que somente uma educação inclusiva, que ponha fim às “escolas senzalas” e às “escolas casa grande”, será capaz de reduzir a desigualdade social herdada da escravidão no Brasil. *A última trincheira da escravidão* será lançado na Universidade Zumbi dos Palmares, em São Paulo.

Assembleísmo

Praticamente 300 nomes foram anunciados para colaborar na transição do governo. É difícil imaginar algum tipo de consenso em tão pouco tempo para definir as diretrizes que guiarão a futura equipe ministerial. É verdade que a eleição de Lula resulta de uma ampla coalizão, e ele reiterou que a vitória nas urnas não é dele, nem do PT. Mas, em algum momento, o governo de Lula precisará mostrar o rosto.

Licença do bem

O secretário da Fazenda de São Paulo, Felipe Salto, entregou ao vice-presidente eleito Geraldo Alckmin uma proposta que une uma licença excepcional para gastar em 2023, de cerca de R\$ 120 bilhões. Com o documento, Salto procura contribuir para o delicado equilíbrio entre fiscal e social. Quando dirigia a Instituição Fiscal Independente (IFI), vinculada ao Senado, Salto foi um severo crítico das exceções adotadas pelo governo Bolsonaro. “A regra do teto, na verdade, já não existe mais. Quem acabou com ela chama-se Paulo Guedes”, disse Salto em entrevista recente à *Folha de S.Paulo*.

NOVO GOVERNO

Dificuldade com os militares

Grupo da transição para a Defesa ainda não foi divulgado porque é uma área a “ser bem escolhida”. Alckmin também acena às polícias

» TAÍSA MEDEIROS
» HENRIQUE LESSA
» VICTOR CORREIA
» VINICIUS DORIA

O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) anunciou, ontem, mais 162 integrantes dos grupos técnicos de trabalho da transição, distribuídos em 16 equipes temáticas. Mas, entre os 285 nomes indicados, até agora, para compor a equipe que desenhará as linhas-mestras do futuro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), não há um único integrante das Forças Armadas, da ativa ou da reserva. Interlocutores do grupo de transição sugerem que está havendo dificuldades em incluir os militares — dizem apenas que “conversas estão ocorrendo” com representantes da caserna. Segundo fontes, a definição do grupo da Defesa ainda não foi divulgada por ser uma área que “deve ser bem escolhida”.

Mas, na divulgação dos nomes, Alckmin deu a entender que a adversidade em relação aos militares pode estar diretamente ligada à associação que têm com o presidente Jair Bolsonaro (PL). Tanto que o vice-presidente eleito fez questão de frisar que outro setor muito identificado com o bolsonarismo, as polícias, será chamado a participar do grupo técnico de Justiça e Segurança Pública. Ele afirmou que haverá representantes das corporações — polícias Federal, Rodoviária Federal, Civil, Militar, além das Guardas Municipais.

Entre os escalados para cuidar do tema estão o delegado federal Andrei Passos (responsável pela segurança de Lula durante a campanha), o advogado do presidente eleito, Cristiano Zanin, o senador eleito Flávio Dino

(PSB-MA), o senador Omar Aziz (PSD-AM) e o deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP). Além de ouvir as demandas das polícias, essa inclusão demonstra o interesse de aproximação por parte do governo eleito com as forças de segurança.

“Temos inúmeras forças de segurança. Vamos ter que fazer um bom diálogo, ouvi-las nesse período de transição e também poder acatar sugestões que trouxerm”, explicou Teixeira. De acordo com o deputado, a primeira reunião do grupo será realizada hoje.

Lacunas

Com o anúncio de ontem — cujo nome incluí o deputado federal André Janones (Avante-MG), que atuará na equipe de Comunicação Social; a senadora Kátia Abreu, os ex-ministros Marina Silva e Carlos Minc, que participarão da elaboração das propostas para o Meio Ambiente; e os ex-chanceleres Celso Amorim e Aloysio Nunes Ferreira, que sistematizarão as Relações Internacionais do futuro governo —, resta fechar os grupos temáticos Centro de Governo, Inteligência Estratégica e Defesa, cujos integrantes não foram divulgados. Segundo Alckmin, os setoriais levantarão dados sem “interromper serviços públicos e obras que estão em execução, ter transparência e prever problemas.”

O deputado federal eleito Guilherme Boulos (PSol-SP), que também integra a transição, frisou que o momento é de diagnóstico e preparação. A primeira reunião do grupo de trabalho de Cidades, do qual faz parte, ocorreu somente ontem e se debruçou sobre a reorganização do orçamento destinado à habitação popular.

Wilton Junior/Estadão Conteúdo



Dantas passa os diagnósticos do TCU a Alckmin: mapeamento daquilo que pode ser problema para o governo Lula



“Há necessidade urgente de se estabelecer critérios para uma rescisão das isenções tributárias. O Brasil possui, hoje, mais de 4% do PIB comprometido com isenções tributárias”

Ministro Bruno Dantas, apontando uma das questões a serem analisadas pelo futuro governo

TCU aponta áreas com risco de gestão

O presidente em exercício do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Bruno Dantas, entregou, ontem, quatro relatórios produzidos pela Corte ao vice-presidente eleito Geraldo Alckmin, que coordena o governo de transição. Dois documentos chamam a atenção: o que destaca 29 pontos de “alto risco” para o futuro governo e o que avalia o funcionamento de programas sociais.

A *Lista de Alto Risco* (LAR) aponta as áreas com problemas de gestão e com potencial para desgastar o futuro governo. Um dos pontos de atenção destacados se refere às isenções fiscais.

“Há necessidade urgente de se estabelecer critérios para uma

rescisão das isenções tributárias. O Brasil possui, hoje, mais de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) comprometido com isenções tributárias”, expôs o presidente em exercício do TCU.

O ministro observou que, nos governos Lula I e II, essa renúncia era de 2% do PIB. Dantas afirmou que defende a redução das isenções à metade, o que traria de volta ao Orçamento da União algo em torno de R\$ 200 bilhões.

Ele observou que as renúncias fiscais estão atreladas a políticas públicas. Porém, o TCU analisa a eficiência dessas iniciativas e se justifica que façam jus à redução ou isenção no pagamento de impostos, taxas e contribuições.

Fraudes

Segundo a LAR, os 29 setores apontados representam risco por vulnerabilidade à fraude, ao desperdício, ao abuso de autoridade, à má gestão ou à necessidade de “mudanças profundas para que os objetivos das políticas públicas possam ser cumpridos”. Entre as áreas de risco estão: pagamento do INSS, fragilidades na fiscalização da Administração Tributária, formulação e monitoramento de políticas públicas, fragilidades na segurança da informação nos sistemas do governo federal e grande número de obras paralisadas. Educação e Saúde também são apontadas como

setores problemáticos.

O segundo documento entregue por Dantas a Alckmin, o *Relatório de Fiscalização de Políticas Públicas 2021*, avalia o funcionamento de seis programas sociais. “O programa Bolsa Família, pelo seu desenho e pelo critério de elegibilidade, é o que de forma mais eficiente atinge o objetivo de combater a pobreza e reduzir a desigualdade social”, afirmou o ministro. Ele adiantou que o TCU está preparando uma análise sobre o Auxílio Brasil, do governo do presidente Jair e Bolsonaro (PL), que permitirá uma comparação com o Bolsa Família, modelo que será retomado pelo futuro governo. (TM,VC eVD)